

Esta é a Política de Segurança do escritório Cristina Sleiman Sociedade de Advogados “CS” CNPJ 11.135.843/0001-11

Esta Política descreve o tratamento aplicado aos dados pessoais que coletamos, bem como os direitos dos titulares nos termos da lei Lei n.º 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

Quais dados são coletados em nosso site?

Nosso site é uma página estática apenas para fins informativos, portanto a partir de 18 de setembro de 2020 não coleta nenhum dado pessoal ou de identificação.

Os contatos com a nossa equipe podem ser feito pelos telefones indicados no rodapé ou por email, sendo que neste caso o remetente deverá se identificar e seus dados como nome e email serão recebidos e armazenados para fins de identificação, registro da comunicação e contato informativo por email, sendo estes dados armazenados em servidor contratado a fim de elevar o nível de segurança da informação.

De que outra forma coletamos dados e para quais finalidades?

Pelo envio de email ou contato por telefone quando a finalidade assim exigir.

Quando solicitado proposta e também na contratação de nossos serviços, neste caso os dados a serem coletados vai depender da solicitação do cliente e serviço contratado, mas sempre atendendo o princípio da minimização, pra fins de execução de contrato e obrigação legal coletando-se o mínimo necessário para atingir sua finalidade de tratamento.

Exemplo de coleta de dados: Informações cadastrais (Nome, CPF, RG, endereço) para fins de identificação em processo judicial, elaboração de contratos e outros documentos.

Dados de saúde entre outros dados entendidos pela lei como sensíveis, apenas quando necessário para fins de processo judicial ou tratativas de acordos e contratações.

Como são compartilhados e onde são armazenados e onde são armazenados?

Os dados recebidos são armazenados em servidores de terceiros.

Compartilhamos dados com as empresas:

Cristina Sleiman Treinamentos Me. e Peck Sleiman Edu para fins de divulgação de eventos e ofertas de cursos, sendo que para os novos contatos será solicitado o consentimento a partir da primeira comunicação, quando

Os dados também poderão ser compartilhados com autoridades judiciais, administrativas ou governamentais competentes, sempre que houver determinação legal, requerimento, requisição ou ordem judicial.

Quem pode acessar nosso banco de dados?

Somente colaboradores autorizados para o uso adequado das informações possuem acesso ao Banco de Dados Pessoas, sendo que eventual descumprimento de determinações ensejará penalidades e processo disciplinar ao respectivo colaborador.

Quais são os direitos dos titulares de dados e como poderá exercê-los?

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

Você poderá exercer os seus direitos entrando em contato pelo email: privacidade@sleiman.com.br